

ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Destaca o trabalho realizado pela bancada feminina, que realiza audiências públicas para debater a violência contra a mulher.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Aborda a criação de comissão especial na Alesc para investigar as 33 aposentadorias de servidores da Casa consideradas irregulares.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Comenta a reunião da Comissão da Agricultura em foi debatida a situação dos fumicultores catarinenses.

### Partidos Políticos

**DEPUTADO DIETER JANSSEN** - Defende que o governo do estado aumente os recursos destinados à prevenção ao uso de drogas e ao tratamento de dependentes químicos.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (aparte) - Afirma que o governo federal está em débito com SC no repasse de recursos para manutenção de clínicas de reabilitação de drogados.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Analisa a questão da drogadição e as necessidades do estado para encaminhar a solução adequada.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** (aparte) - Opina que a falta de recursos federais está associada à burocracia e à falta de interesse político.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (aparte) - Critica a falta de recursos federais em programas de reabilitação de drogados.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** - Refere-se à obtenção de investimentos para o oeste catarinense, fruto de reivindicações suas; defende o aumento de recursos destinados à prevenção e ao combate dos efeitos da estiagem no oeste.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Mauro de Nadal na defesa do oeste catarinense.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (aparte) - Apoia a reivindicação do deputado Mauro de Nadal.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** (aparte) - Afirma que o Parlamento foi maduro na aprovação da emenda em favor do oeste de SC.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Elogia o trabalho da comissão de Agricultura na questão da emenda que beneficiou o oeste catarinense.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Apela pela duplicação da rodovia Antônio Heil e pela construção de obras emergenciais nos pontos críticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio ) -  
Havendo quórum regimental e invocando a proteção  
de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à  
leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito,  
deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito  
obrigada, sr. presidente, sr. deputados, público  
que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc  
Digital, o que me traz à tribuna nesta manhã de  
quinta-feira, srs. parlamentares, é informar ao  
público catarinense, aos parlamentares desta Casa  
e aos movimentos sociais de uma demanda da bancada  
feminina desta Casa, composta por quatro  
deputadas: Dirce Heiderscheidt, Angela Albino,  
Luciane Carminatti e esta deputada.

Juntamente com o Ministério Público de Santa  
Catarina, através das promotoras de Justiça Maria  
Amélia Borges Moreira Abbad e Helen Crystine  
Corrêa Sanches, decidimos fazer um grande ciclo de  
debates em todo o estado de Santa Catarina sobre  
uma questão que vem alarmando todos em função dos  
números expressivos: a violência contra a mulher.

Já realizamos em algumas regiões: uma no  
município de Joaçaba, presidida pela deputada  
Luciane Carminatti, que atingiu o meio-oeste; e  
outra na cidade de Criciúma, abrangendo todos os  
municípios da região sul, que foi presidida pela  
deputada Dirce Heiderscheidt. Amanhã, dia 18 de  
maio, a vez será de Blumenau, atingindo todos os  
municípios da região do vale do Itajaí, no próximo  
dia 25 de maio, iremos à região norte, no  
município de Joinville.

Quero dividir com os parlamentares desta Casa  
alguns números que considero de extrema  
importância, até para nortear as ações do governo  
federal, do governo do estado e dos governos  
municipais, no que tange à violência contra a  
mulher.

De 1980 a 2010 foram assassinadas quase 91 mil  
mulheres no Brasil, sendo 43.500 só na última

década. O número de mortes, nesses 30 anos, passou de 1.353 para 4.297, o que representa um aumento de 210,6%, mais que triplicando os quantitativos de mulheres assassinadas.

Seis em cada 10 brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica. Duas são as causas que mais determinam a violência doméstica: a primeira é o machismo, com 46%, pois o homem considerando-se proprietário da mulher, acha que pode usar de violência quando não concorda com suas ações. A segunda é o alcoolismo, com 31%.

Para auxiliar na redução dessa realidade nacional é que participaremos amanhã, na Câmara de Vereadores de Blumenau, do ciclo de debates regionais promovidos pelo Fórum Parlamentar da Bancada Feminina desta Casa, que debaterá com as lideranças dos movimentos sociais o tema violência contra a mulher na região do vale do Itajaí.

Esse trabalho faz parte da ação da Comissão Parlamentar Mista do Congresso Nacional, que vem discutindo com representantes do governo a aplicabilidade da Lei Maria da Penha e a necessidade de oferecer mais delegacias especializadas, casas abrigo para a proteção das mulheres e de seus filhos e a profissionalização de pessoal para atender às mulheres vítimas de violência.

As questões da violência devem estar na pauta do Legislativo, tanto da Câmara Federal quanto das Assembleias Legislativas, como das Câmaras de Vereadores. Já temos informações e depoimentos de representantes dos movimentos sociais no estado que elencam carências e omissão de gestores estaduais e municipais quando o assunto é violência contra a mulher.

Os principais são a ausência de uma Defensoria Pública, a insuficiência de uma base de dados integrada sobre violência, a carência de delegacias específicas e de centros de referência e casas abrigo para atendimento das mulheres vítimas de violência e a falta de estrutura e de pessoal capacitado nos órgãos existentes.

Nossa intenção, nesse ciclo de debates que vai acontecer em sete regiões do estado de Santa Catarina, é contribuir para o enfrentamento da violência contra a mulher no estado catarinense, a partir desses encontros regionais. Nesses momentos vamos debater com a comunidade, com os movimentos sociais, com as lideranças políticas e realizar um diagnóstico para identificar o porquê de, mesmo com leis tão avançadas no país, o número de mulheres agredidas ou mortas ser tão alarmante.

Pretendemos levantar oficialmente os dados que precisam ser avaliados, porque também foi um pedido feito pela senadora Ana Rita, pela deputada Carmem Zanotto, pela deputada Luci Choinaki e pela deputada Jô Moraes, que fazem parte da CPMI e cobraram do governo do estado informações sobre o que o estado de Santa Catarina está fazendo para proteger as mulheres.

Então, após os sete encontros regionais faremos um relatório para encaminhar à CPMI, contendo a realidade do nosso estado no que diz respeito ao enfrentamento do problema das mulheres vítimas de violência.

Dados fornecidos pela Promotoria da Justiça da Comarca de Blumenau indicam que houve um aumento assustador da violência contra a mulher na cidade. Em 2009 foram requeridas 17 medidas protetivas de urgência na comarca. Já em 2010 foram requeridas 47. Em 2011 foram 113; em 2012, até o mês de maio, foram 56 medidas de proteção, significando um aumento de 140% na violência somente na cidade de Blumenau.

Informações da Delegacia Especializada de Proteção à Mulher, também de Blumenau, dão conta de que houve 5.237 ocorrências, foram abertos 693 inquéritos policiais, requeridas 152 medidas de proteção com urgência.

Com a vigência da Lei Maria da Penha, que foi sancionada pelo presidente Lula em 2006, o número de pedidos de medidas protetoras aumentou significativamente na cidade: de 43 casos em 2007 para 152 em 2011, num aumento de 253%, segundo informações da Delegacia Especializada de Proteção à Mulher de Blumenau.

Então, srs. parlamentares, se vivemos em uma sociedade que reclama a todo momento da insegurança e da violência, temos que tratar com muito carinho e responsabilidade as mulheres, que precisam ser respeitadas pois são as responsáveis pela criação e educação das nossas crianças. Filhos de uma mulher que é vítima de violência sofrem muito e não queremos isso. Queremos uma sociedade melhor para nossos filhos e para todos.

Encerro, sr. presidente, com um pensamento de Jean Paul Sartre: "A violência, seja qual for a maneira como se manifesta, é sempre uma derrota". E nós precisamos derrotar, no estado de Santa Catarina, de uma vez por todas, a violência contra a mulher.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputada.

O próximo orador inscrito é o deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os deputados Reno Caramori e Ana Paula Lima que, com certeza, será eleita pelo povo de Blumenau sua próxima prefeita.

Volto a esta tribuna para mais um capítulo da novela das aposentadorias por invalidez que, desde o ano passado, o Instituto de Previdência Social do Estado de Santa Catarina, Iprev, há mais de um ano vem analisando.

Deputado Serafim Venzon, v.exa., que é médico como eu, deve considerar impossível que para fazer a perícia de 211 aposentadorias fraudulentas leve-se tanto tempo. Ontem assisti na televisão, rapidamente, a manifestação do presidente do Iprev, dr. Adriano Zanotto, advogado, e ao ouvi-lo entendi um pouco das preocupações que ele tem do ponto de vista jurídico, deputado Reno Caramori, acerca dos encaminhamentos que têm que ser dados. Mas demorar quase um ano para fazer um relatório mostra a postura paquidérmica dessa instituição e a sua baixa capacidade resolutive.

O caso das aposentadorias para mim é uma questão de honra, porque significa passar a limpo

parte do passado desta Casa. É mais ou menos o que está fazendo a nossa presidenta Dilma Rousseff ao implementar a Comissão da Verdade, que vai apurar todos os atos da ditadura militar no que se refere aos desaparecidos políticos deste estado, ou seja, aqueles cidadãos que ousaram enfrentar a ditadura e que através da repressão foram excluídos da sociedade.

Ficamos sabendo nesta semana, através do depoimento de um ex-coronel, que chegaram a levar corpos para dentro de caldeiras de açúcar no interior do Rio de Janeiro para incinerar os corpos.

Então, quero deixar claro que não me satisfaz esse relatório, apesar de ser um avanço, porque dizer que a metade daquelas aposentadorias tem justificativa é um equívoco, já que estatisticamente o número de aposentadorias por invalidez num universo de 200, não pode ser de mais de 20%.

Então, o Iprev, além de moroso, não está sendo competente como deveria. Esse instituto de previdência precisa modernizar-se para dar a atenção adequada a todos os funcionários públicos de Santa Catarina que necessitam de sua avaliação.

Logicamente, agora que estão sendo encaminhados para cá os papéis, a Assembleia terá que tomar uma posição e vai ter que resolver também. Não pensem que aqui iremos enfiar isso para baixo do tapete, não, porque quem fraudou não é apenas quem produziu o processo, foi quem aceitou participar da fraude. O responsável não é sempre o corruptor, o corrupto também é responsável e vice-versa.

Então, quando o processo chegar à Casa, espero que não se leve um ano para resolver esse assunto, deputado Romildo Titon, v.exa. que será o presidente desta Casa, porque a Assembleia Legislativa tem tomado providências e continuará tomando.

O Brasil era um dos poucos países do mundo de democracia plena que não possuía uma lei que assegurasse ao cidadão o acesso à informação sobre os órgãos públicos, tais como salário de servidor

público de qualquer instituição, pois o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, por exemplo, é uma verdadeira caixa-preta. Lá se esconde muito em relação a este estado. A partir de hoje vai sair do meu gabinete um conjunto de pedidos de informação.

Deputado Romildo Titon, a Índia era considerada uma das democracias mais corruptas do mundo, mas passou a reduzir o nível de corrupção a partir de 2005, quando aprovou uma lei dando direito de informação a qualquer cidadão sobre licitações, custos, orçamentos e pagamentos.

Esta semana os jornais publicaram notícias sobre a prisão de vários agentes públicos por atos de corrupção. Um ex-prefeito de São Joaquim está preso e disseram-me que em Porto Belo isso também aconteceu. A Polícia apurou uma série de fraudes, que apenas em quatro prefeituras chegariam a R\$ 3,5 milhões. Felizmente foram evitadas em tempo.

A única restrição quanto à lei da transparência é se ela poderá implicar em algum tipo de risco para o estado. Eu acho que o cidadão se informar sobre questões de direito público não representa risco algum para o estado.

No Brasil não há conflitos religiosos. Somos um país tranquilo no que se refere a questões climáticas e a conflitos de fronteira. No entanto, há uma série de conflitos que precisam ser passados a limpo. O cidadão precisa participar cada vez mais da fiscalização dos órgãos públicos e com isso ajudar a evitar os Cachoeiras que aparecem de vez em quando e que formam uma rede de corrupção, como vimos com a empreiteira Delta, em Brasília.

Enfim, temos que gradativamente ir corrigindo a nossa postura, tornando-nos mais cidadãos, participando mais e fiscalizando todos os órgãos públicos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Ontem, após as 18h, houve uma reunião na comissão de Agricultura e recebemos a visita do representante da Fetaesc, sr. Irineu, e do representante da Afubra, sr. Marcílio, para debater a questão dos pequenos produtores de fumo.

Eu devo enfatizar, na condição de médico - certamente o deputado Jailson Lima concorda comigo -, que inúmeros catarinenses têm a vida ceifada por conta de enfermidades decorrentes do fumo. Está cientificamente provado que o cigarro é uma coisa ruim, um veneno. Por isso está sendo feita uma campanha com imagens em todas as carteiras de cigarro, mostrando que aquele produto é um veneno e vai fazer mal ao indivíduo.

Paralelamente a isso existe um trabalho do qual participei como deputado federal, no sentido da aprovação de leis que proibam o uso do cigarro em lugares públicos.

Há 15 anos fumava-se no elevador, no avião, certamente se fumava neste plenário, no ônibus, no carro fechado, ao lado crianças, de mulheres grávidas, não havia lugar em que não se fumasse. Com as campanhas de esclarecimento sobre os males do cigarro e a proibição de fumar em lugares fechados, vem diminuindo muito o consumo tanto no estado como no país. O efeito disso será sentido dentro de alguns anos, pois seguramente menos pessoas terão bronquite crônica, enfisema pulmonar, câncer do aparelho digestivo, do aparelho urinário e do pulmão, que são, comprovadamente, decorrentes do uso do cigarro.

Mas temos que admitir que o consumo de cigarro existe e que se não o produzirmos, vão acabar importando para atender àqueles que apesar de tudo ainda fumam. E fiz algumas pesquisas cujos números até me surpreenderam. Por exemplo: no Rio Grande do Sul há 85 mil famílias que plantam fumo, cuja renda familiar depende disso. Em Santa Catarina há 48 mil, no Paraná, 31 mil e no restante do Brasil, mais 21 mil, totalizando 186 mil famílias que

produzem fumo, a maioria pequenos produtores. O tamanho médio das propriedades nos três estados do sul é na faixa de 17ha e o valor bruto da produção em Santa Catarina ultrapassa os R\$ 4 bilhões. Há em nosso estado 234 municípios que têm produtores de fumo.

Além disso, há um dado muito interessante. Todos pensam que essas propriedades, pelo fato de o produtor utilizar lenha na secagem de fumo, não têm cobertura vegetal. Muito pelo contrário. Num total de 639ha de produção de fumo, existe uma reserva de 251ha de cobertura vegetal. Então, apesar do produtor cortar lenha durante todo o ano para proceder à secagem do fumo, pelas técnicas modernas, atualizadas, há um aproveitamento melhor do calor, o que faz com haja economia no consumo de lenha e aumento da cobertura vegetal.

A lucratividade dos plantadores de fumo, considerando o que eles gastam para produzir e o que vendem, está na faixa de 20% a 30%, maior do que as culturas de maçã, tomate, feijão e arroz.

Essa é a razão pela qual muitos agricultores ainda dependem da produção do fumo e é por isso que o governo precisa buscar alternativas para que eles possam migrar para outra atividade, sem perder a renda que têm hoje.

Um número interessante que gostaria de colocar com relação ao faturamento do setor é que o Brasil fatura R\$ 5 bilhões com a exportação de fumo e R\$ 12 milhões com o consumo interno, totalizando aqui na faixa dos R\$ 17 bilhões.

Para se ter uma ideia da importância desses números, o Orçamento de Santa Catarina é menor que esse faturamento. E esses R\$ 18 bilhões como são distribuídos? Só de tributos são R\$ 9,4 bilhões, ou seja, 55% desse dinheiro vai para o governo em forma de imposto. A indústria fica com R\$ 2,9 bilhões, o produtor, com R\$ 3,5 bilhões e o varejista, com aproximadamente R\$ 1 bilhão.

É importante destacar, entretanto, que não é porque o governo arrecada R\$ 9,4 bilhões com o fumo que ele deixa de ser uma coisa maléfica, mas se trata de uma questão sobre a qual é preciso refletir e oferecer alternativas aos produtores,

porque se não fizermos isso, eles não deixarão a atividade.

Somos contra o seu consumo, mas precisamos...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Dieter Janssen, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, deputado Reno Caramori, srs. deputados, pessoas que nos assistem pela TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital e visitantes da Casa.

Fazemos uso da palavra para tecer algumas considerações sobre as necessidades de Jaraguá do Sul e da nossa região, mas com certeza é uma situação que afeta toda em Santa Catarina e, por que não dizer, o Brasil. Refiro-me aos problemas relacionados ao consumo de drogas.

Em 2010, quando estivemos nesta Casa, colocamos nossa preocupação com os usuários de algum tipo de droga que desejam fazer tratamento para livrar-se da dependência.

Recentemente recebemos algumas apostilas que são utilizadas por professores em sala de aula e que ensinam como identificar jovens, adolescentes, que podem estar-se envolvendo com o mundo das drogas. Uma vez identificado o aluno, o mestre já tem como se antecipar e auxiliá-lo a sair ou a evitar o problema.

Estamos marcando uma audiência com o secretário da Segurança Pública, César Grubba, para reivindicarmos mais policiais para nossa região, a fim de patrulharmos melhor as ruas e dificultarmos a atuação dos traficantes. Diariamente passamos nas ruas centrais e em alguns bairros do nosso município e deparamo-nos, frequentemente, com pessoas fazendo uso de *crack*, que hoje é a droga mais utilizada pelo fácil acesso e pelo baixo custo. Essas cenas nos chocam

bastante, pois imaginamos que as famílias pensam que seus filhos estão em lugar seguro, mas na verdade estão ingressando ou já ingressaram no mundo das drogas.

Em Jaraguá do Sul há um policial para cinco mil habitantes. É um número muito alto e não há condições de dar segurança às nossas famílias. Mas o nosso foco principal não é tanto a questão da segurança, mas o tratamento do usuário de drogas, principalmente aqueles que não têm condições financeiras para fazer um tratamento.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. tem razão, deputado, as poucas clínicas que existem no estado são mantidas por instituições religiosas e o viciado acaba tendo que ser tratado como um doente pelo SUS.

Tenho trabalhado junto com o deputado Ismael dos Santos e outros deputados sobre esse tema e até lancei um livro sobre isso há poucos dias. A verdade, deputado, é que de 0,7% a 1% das pessoas no Brasil são dependentes de *crack*. Em Santa Catarina há 50 mil usuários dessa droga. Estamos tratando cinco mil. Quanto às demais, o seu destino é certo: as ruas, os hospitais, os presídios ou o cemitério.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Obrigado pelo aparte, deputado.

Recentemente, conversando com um médico que trata de dependentes químicos, ele nos colocou que parte dos pacientes pode fazer hoje o tratamento na Colônia Santana. Há, atualmente, aproximadamente 200 leitos, o que é muito pouco todo o estado de Santa Catarina.

Então, fica aqui o nosso desabafo, a nossa angústia com relação à necessidade de o estado, mais especificamente a secretaria da Saúde, aumentar esse número de vagas disponíveis para as pessoas que necessitam tratar-se e que não dispõem de recursos financeiros.

Assim sendo, com relação aos usuários que têm...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente e srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, catarinenses que aqui estão, farei o meu discurso no embalo da fala do nobre deputado Dieter Janssen com relação à essa questão que hoje é de saúde pública: a drogadição.

Acho que todos nós, deputados, recebemos um e-mail, se não me engano ontem ou anteontem, de um cidadão de Navegantes pedindo aos 40 deputados ajuda para conseguir sair das drogas.

Constantemente, e não é surpresa para mim, deputado Serafim Venzon, recebo depoimentos de pais, mães, avós que ao longo do tempo estão sofrendo.

Há hoje disponíveis em Santa Catarina, deputado Darci de Matos, 2.500 leitos de internação tratamento para usuários de drogas e a grande maioria, para não dizer a totalidade, não recebe um centavo sequer, deputado Volnei Morastoni, do governo. O dinheiro do governo federal é inatingível. Sabe aquele negócio que cria as soluções, mas dificulta tanto para a pessoa alcançar que ela acaba desistindo ao longo do caminho. Na verdade, é isso que acontece.

A presidenta Dilma Rousseff, deputado Volnei Morastoni, através de um decreto retirou as clínicas de reabilitação da Saúde e colocou-as na Assistência Social. Porque antes desse decreto, a Vigilância Sanitária exigia que esses estabelecimentos tivessem todo um aparato de um hospital, praticamente inviabilizando o seu funcionamento.

Essa luta vem desde o meu primeiro mandato nesta Casa, há cinco anos, quando comecei a batalhar para que pudéssemos destinar um percentual do Fundo Social, 0,2%, deputado Mauro de Nadal, para as clínicas de reabilitação se adequarem às exigências da Vigilância Sanitária. Porque esse órgão chega às clínicas e exige azulejo até o teto nos banheiros e nas cozinhas, psiquiatra, psicólogo, terapeuta ocupacional, enfim, a lista de exigências é grande. Mas o mesmo governo que exige de uma entidade que está fazendo alguma coisa para solucionar um problema de governo, não estende a mão para ajudar em nada! Não chega lá e diz que eles têm que colocar o azulejo até o teto, mas que vão dar uma ajuda para fazer isso.

Srs. deputados, no fundo essas entidades estão fazendo um trabalho que o governo deveria fazer, que é o de recuperar os adictos. Porque o problema das drogas hoje não é só com os maloqueiros, é um problema de saúde pública, pois reflete diretamente nos hospitais, nos postos de atendimento e na área de segurança. Os grandes furtos - e como contou o deputado Jailson Lima, que na semana passada roubaram seu carro levando seu *laptop* - são feitos por usuários de drogas, pois eles fazem qualquer coisa para conseguir dinheiro! E não precisamos ir muito longe, basta olharmos aqui da janela em direção ao túnel para vermos ali nos guetos várias pessoas usando drogas!

Então, o governo, seja federal, municipal ou estadual, tem que entender que precisa investir dinheiro nessa área. Temos uma geração doente, deputado Volnei Morastoni, que precisa ser recuperada! Há décadas tivemos o problema da Aids. O governo começou a atuar na prevenção - e faz isso até hoje - e no desenvolvimento de coquetéis para recuperar e dar qualidade de vida aos portadores do vírus. E é isso que deve fazer com relação às drogas, que é o câncer da sociedade! Ela destrói não só a vida do viciado, mas de todos os que estão a sua volta. Na semana retrasada recebi um telefonema de um avô pedindo, pelo amor

de Deus, para eu resolver o problema dele, porque seu neto, de 14 anos, havia fugido de uma clínica de recuperação, estava voltando para casa e ele não sabia o que fazer, porque o neto roubava tudo em casa!

Essa é a realidade que estamos vivendo e temos que trazer esse assunto todos os dias a esta tribuna para chamar atenção do governo, a fim de que entenda que cada real investido na recuperação das pessoas são muitos reais economizados na saúde e principalmente na questão da segurança pública.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado, meu cumprimentos pela manifestação, v.exa. tem toda razão no que falou.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer que parte do problema é da burocracia de governo federal, que institui programas e as dificuldades para operacionalizá-los nos estados e municípios é grande.

Mas há outra face dessa moeda, tem que haver interesse político e a ação tem que ser rápida e determinada pelo próprio estado.

Na Saúde há as redes de atenção que o ministro Alexandre Padilha propôs: urgência e emergência; Rede Cegonha, na área materno-infantil, e atenção psicossocial. Essas redes fazem parte das novas propostas do ministério da Saúde para viabilizar as políticas públicas da área.

Na área de atenção psicossocial há um conjunto de portarias que instituem a rede de atenção psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso do *crack*, álcool de outras drogas no âmbito do SUS.

A Portaria n. 131, de janeiro de 2012, institui incentivo financeiro para custeio de serviços de atenção em regime residencial, incluindo as comunidades terapêuticas.

Então, há dinheiro destinado especificamente a essa finalidade, isso faz parte de uma nova política do ministério da Saúde. Acontece que o

estado tem que buscar essas políticas do ministério da Saúde de forma rápida, ágil, e não é isso que está ocorrendo.

Esta semana falei durante o meu pronunciamento que a secretaria da Saúde do estado não está no mesmo ritmo que o ministério da Saúde. E cito como exemplo a rede de atenção de urgência e emergência da Grande Florianópolis, que está engatinhando ainda e em seguida vai para a região nordeste de Joinville e apenas depois para o restante do estado. Isso está ocorrendo num ritmo muito lento e está havendo um descompasso com as políticas do governo federal na área da saúde. São propostas abertas, acessíveis, mas está faltando agilidade, rapidez por parte da secretaria estadual de Saúde. Não sei onde está o problema, mas temos que o identificar.

Ontem houve uma importante reunião em Brasília, da qual não pude participar, para tratar de assuntos do Fórum Parlamentar Catarinense, na qual esteve presente a maioria dos deputados federais, senadores e o ministro Alexandre Padilha. Na ocasião foram discutidos temas importantes, como o repasse de verbas do governo federal aos hospitais de Santa Catarina e, inclusive, o teto financeiro, pois há uma diferença histórica em relação aos outros estados do sul, ou seja, a renda *per capita* do Paraná e do Rio Grande do Sul vale muito mais do que a renda *per capita* do nosso estado. Em outras palavras, um paciente catarinense vale menos perante o ministério da Saúde do que um paciente paranaense ou gaúcho.

Agora, o estado tem que se agilizar para participar desses programas. Tenho em mãos a Portaria n. 131 que instituiu o incentivo financeiro para esse grave assunto que v.exa. aborda neste momento.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Entendo perfeitamente o que v.exa. quer dizer e concordo.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Kennedy Nunes, concordo em parte com o deputado Volnei Morastoni, mas gostaria de dizer que esse não é um problema apenas do governo do estado de Santa Catarina, os poderes públicos estadual, municipal e federal estão devendo à sociedade no que diz respeito à saúde, ao repasse de verbas, à articulação para criar centros de recuperação para dependentes químicos. Todos os entes públicos estão devendo, estamos em débito porque hoje os centros de recuperação são, na sua grande maioria, mantidos por entidades religiosas. Isso é um absurdo! E os recursos estaduais, municipais e federal onde estão?

Então, deputado Kennedy Nunes, a internação compulsória é fundamental porque um indivíduo que usa drogas não tem discernimento para decidir sobre a sua própria vida, não tem a mínima consciência. Não dá para perguntar para um usuário de drogas se ele quer ser internado ou não! Essa é a verdade.

Precisamos atacar esse assunto fazendo a prevenção, que é fundamental; a recuperação, estruturando as clínicas; e combatendo o tráfico nas fronteiras, com ação da Polícia e do Ministério Público a fim de prender esses bandidos, esses traficantes que estão dizimando a nossa juventude com o tráfico de drogas pesadas e agora também, com as drogas artificiais, sintéticas, que estão surgindo a todo instante no Brasil e no mundo inteiro.

Parabéns, deputado Kennedy Nunes, pelo tema abordado.

Droga é uma droga, fique longe delas!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado, v.exa. sabe muito bem do que está falando, pois tem até um livro a esse respeito. E disse muito bem, são os entes federativos, estado, união e município, que devem fazer. O município tem que ter ação, sim, deputado Serafim Venzon! O prefeito tem que se preocupar com isso e não jogar a responsabilidade nos ombros do governador ou do presidente. E uma das nossas defesas são as

clínicas públicas que existem no Rio de Janeiro, construídas e mantidas pela prefeitura!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar carinhosamente os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e dizer que temos dois fatos importantes para comemorar, que fazem parte do plano estratégico do governo do estado de Santa Catarina para o extremo oeste.

Há dias estivemos no distrito de Marechal Bormann, no município de Chapecó, ouvindo lideranças e a população. Na oportunidade colocamos o interesse do governo do estado de Santa Catarina, através da secretaria de Infraestrutura, de efetuar melhorias na rodovia que corta aquele distrito e faz a ligação de Chapecó com o vizinho estado do Rio Grande do Sul. Na ocasião foi solicitada por todas as lideranças a construção de uma rótula que desse mais segurança àquele distrito, principalmente às pessoas que lá vivem, porque há educandários e postos de saúde nas cercanias.

Na verdade, o distrito de Marechal Bormann é uma verdadeira cidade e precisa desse investimento para continuar desenvolvendo-se, mas mantendo a segurança das pessoas que lá vivem e dependem da rodovia para deslocar-se.

Tivemos a felicidade, em decorrência de uma indicação de nossa autoria, de obtermos uma resposta positiva do secretário de Infraestrutura, que nos garantiu que, com o processo de revitalização da SC-470, teremos a construção de uma intercessão do distrito de Marechal Bormann através de um sistema rotatório.

Além disso, também fomos exitosos na solicitação que fizemos ao presidente da Celesc,

Antônio Gavazzoni, referente à correção da baixa carga de energia elétrica na região de Pinhalzinho e Palmitos, municípios do extremo oeste de Santa Catarina.

Todo o oeste catarinense tem se desenvolvido bastante nesses últimos anos, tanto o interior quanto as cidades, através dos investimentos em agricultura feitos por um comércio pujante e, acima de tudo, em função dos investimentos das agroindústrias que naquela região se estabeleceram há muitos anos e que levaram aos agricultores a esperança de continuar produzindo alimentos para o nosso país.

Logicamente, todo esse desenvolvimento acabou demandando mais energia para pôr em funcionamento inúmeros equipamentos e atender às novas tecnologias que o agronegócio incorporou à agricultura familiar.

Foi por isso que solicitamos à Celesc que olhasse com carinho essa necessidade do extremo oeste catarinense e que fizesse os investimentos necessários, a fim de que aquele sistema produtivo continue desenvolvendo-se. A vontade das agroindústrias é grande e a vontade da população que lá vive é continuar produzindo. Sendo assim, o estado tem que fornecer a infraestrutura necessária para que esse setor possa continuar num passo firme e forte rumo ao desenvolvimento.

A nossa felicidade, como disse, foi a resposta do presidente da Celesc, dando conta de que para a região de Pinhalzinho haverá um aumento de 50% da oferta de energia ainda este ano, com a instalação da terceira unidade.

Isso é muito importante e a região vai aplaudir essa decisão do presidente da Celesc, da mesma forma que a regional de Palmitos aplaudirá a construção da nova subestação em Mondai, que terá início ainda em 2012 com sua conclusão prevista para 2013.

Dessa forma, sr. presidente, os investidores, os agricultores e os empresários terão mais segurança para continuar trabalhando no extremo oeste e gerando riquezas para o estado de Santa Catarina.

Há poucos anos tivemos a inauguração de uma importante hidroelétrica em nossa região, que é a Usina Foz de Chapecó. Muitas pessoas, principalmente os agricultores, que não têm conhecimento técnico sobre área, perguntam: "Como é que mesmo depois da inauguração de uma hidroelétrica bem pertinho da nossa casa não temos energia suficiente para abastecer o interior?"

Agora temos uma resposta a todos os municípios que clamavam por esse investimento, pois teremos neste ano e no ano que vem a solução para o problema da falta de energia elétrica em nossa região.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. está falando das obras, dos pleitos e das necessidades do oeste catarinense, sua região e do deputado Maurício Eskudlark, mas, sobretudo, região da agricultura, porque o oeste é um celeiro do estado e do Brasil.

Então, queremos ratificar e reforçar que por ação desta Casa e com sua participação efetiva, foram destinados R\$ 60 milhões para a prevenção das secas, que é o grande mal do oeste do estado.

Agora, quando v.exa. fala de agricultura eu me animo, porque sou técnico agrícola, embora more numa cidade eminentemente industrial há 36 anos, mas temos lá a produção de hortaliças, floricultura e arroz irrigado.

Eu sempre digo que a vocação do Brasil é agrícola, é a produção de alimentos. O grande obstáculo que o mundo vai enfrentar nas próximas décadas é a escassez de alimentos. Essa é a razão pela qual os americanos estão adquirindo áreas agricultáveis no Brasil.

Nós temos 300 milhões de hectares de terras agricultáveis. Nós somos um país continental. Nós temos neve em São Joaquim ao mesmo tempo em que o Sol brilha e o calor aperta no nordeste. Mão-de-obra nós temos também. Ou seja, somos o celeiro do mundo.

Então, precisamos investir em tecnologia e precisamos valorizar a nossa agricultura, o que não está acontecendo. Vejam os produtores de arroz: há cinco anos vendiam uma saca de arroz a R\$ 38,00 e hoje estão vendendo a R\$ 25,00. Meu Deus do céu! É preciso ter muita coragem e muita força para sobreviver. Quem coloca o alimento na nossa mesa tem que ser mais valorizado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pelo tema abordado e Santa Catarina e o Brasil têm que valorizar mais e investir mais na produção agrícola.

Nós temos o ouro branco, o leite, que hoje dá uma boa renda mensal aos nossos produtores, dá-lhes estabilidade. O que precisamos é melhorar cada vez mais a qualidade de vida da gente do campo e investir na prevenção às secas.

Então, parabenizo v.exa. pelo tema abordado e por sua luta constante em defesa de Santa Catarina e especialmente da sua região.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark, e com muita satisfação incorporo suas palavras e as do deputado Darci de Matos ao meu pronunciamento.

O deputado Darci de Matos tocou num assunto importante. Ontem o deputado Manoel Mota presidiu a reunião da comissão de Agricultura, ocasião em que foram tratados dois temas importantíssimos. Um deles foi a aplicação dos R\$ 60 milhões que este Parlamento, de uma forma inteligente, destinou à região por conta da estiagem.

Evidentemente que esses recursos não servirão para custear as despesas e os prejuízos suportados pelos agricultores, porque o objetivo primeiro de toda essa discussão foi elencarmos projetos a serem desenvolvidos lá no interior, para que o agricultor possa amenizar o problema da estiagem, porque água existe em abundância no oeste catarinense, o problema são os dois meses de estiagem. O que fazer? Justamente armazenar água durante o período de fartura para utilizar na

época da estiagem, seja para os animais, seja para irrigação.

Então, são projetos dessa natureza que precisamos agora discutir com as comunidades, discutir com os prefeitos, com os vereadores, com as agroindústrias da região. Eles precisam ajudar a definir qual o melhor investimento para esse recurso.

Há alguns projetos exitosos que podem servir de exemplo. Se formos ao município de São Carlos, vamos perceber um sistema de abastecimento de água para as famílias do interior. Se formos a Águas de Chapecó e a Caxambu, veremos que há bons projetos funcionando e atendendo efetivamente ao nosso agricultor.

Agora, não podemos simplesmente, de cima para baixo, colocar nos projetos aquilo que imaginamos ser o mais correto, a exemplo de tantos projetos que vêm de Brasília para atender a algumas necessidades pontuais, mas que muitas vezes não servem para a realidade dos nossos municípios. Muitos recursos são alocados sem que o resultado seja satisfatório porque o projeto não foi localmente discutido, ainda mais num país como o nosso, com as diversidades que tem.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Mauro de Nadal, parabênizo v.exa. pelo tema abordado e quero dizer-lhe que esse assunto foi calorosamente debatido na reunião da comissão de Finanças, da qual também faço parte.

Gostaria de ressaltar que a sensibilidade do Parlamento prevaleceu no momento da aprovação daquele projeto, porque o que fizemos foi propiciar que os agricultores do oeste tenham um pouco de conforto, de dignidade. São mais de 40 mil famílias atingidas pela estiagem; são mais de 70 municípios assolados por essa grande seca que se abateu principalmente sobre o extremo oeste e oeste de Santa Catarina.

Evidentemente que o deputado Jean Kuhlmann resistiu muito, mas temos que pensar no estado

como um todo. O cobertor é pequeno, como diz o gaudério, se você tapa a perna, fica o pescoço de fora. Então, temos que temporizar.

Se cada um quiser lutar somente pela sua região, o deputado Manoel Mota, que é o vice-presidente da comissão, lutará pela barragem do Rio Salto, que é uma prioridade acalentada há mais de 30 anos no sul catarinense.

Quando estamos diante de uma situação emergencial, precisamos atacar os focos específicos mais urgentes. E, por essa razão, penso que o Parlamento, principalmente a bancada do oeste, foi sensível, assim como o próprio governador do estado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Ouço o presidente da comissão de Agricultura e Política Rural, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Mauro de Nadal e dizer que ontem, na reunião da comissão de Agricultura, analisamos o requerimento de v.exa. para tratar de alguns temas importantes.

Pensávamos que os R\$ 60 milhões aprovados pudessem ser utilizados para cobrir as perdas dos agricultores. Mas não! Esses recursos se destinam a investimento em projetos para prevenir futuros problemas com a estiagem.

A região sul sofre com as enchentes, mas em nenhum momento pedi que parte desses recursos fosse utilizada, por exemplo, na barragem do rio do Salto, como disse aqui o eminente deputado Valmir Comin, que é uma prioridade nossa. Por quê? Porque entendemos que o oeste, neste momento, passa por uma situação difícil e por isso precisávamos ser solidários.

Assim, cumprimos v.exa., que vem defendendo o oeste de Santa Catarina com veemência.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Muito obrigado, deputados Valmir Comin e Manoel Mota.

Concluo minha fala, sr. presidente, parabenizando este Parlamento pela maturidade e

sensibilidade na votação da emenda que garantiu o aporte de R\$ 60 milhões para que possamos construir projetos e amenizar a vida dos agricultores do estado de Santa Catarina.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, hoje quero falar sobre a duplicação da SC-486, que é a rodovia Antônio Heil, que liga Itajaí a Brusque. Trata-se de uma importante rodovia estadual tanto para o turismo quanto para o escoamento da produção de toda a laboriosa região do vale do Itajaí.

Ontem à noite realizamos uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Itajaí, proposta pelo vereador Marcelo Werner, do PCdoB, com a participação de muitos vereadores da cidade e também com a presença da prefeitura, da Univali, do Deinfra, da secretaria do Desenvolvimento Regional, com a minha presença e a do deputado Dado Cherem.

A rodovia Antônio Heil precisa urgentemente ser duplicada. Há muitos anos que sucessivos governos do estado constatarem essa necessidade, prometem a obra, mas protelam-na. Agora, entretanto, creio que ela está na ordem do dia, porque o anteprojeto de duplicação está sendo ultimado pela Prosul, contratada pelo Deinfra.

Segundo o Deinfra, no início de agosto teremos duas audiências públicas, uma em Itajaí e outra em Brusque, a fim de tratar dessa duplicação, com a apresentação do projeto que deverá ser incluído dentro dos recursos do BID VI.

Realmente é urgente, é urgentíssima essa duplicação. Hoje, transitam nessa rodovia mais de 25 mil veículos por dia. Eu lembro quando um número ainda inferior a esse, ou seja, 24 mil

veículos por dia era a estatística que exigia a duplicação da BR-101, deputado Dieter Janssen.

A SC-486 está extremamente saturada. Há um trecho já inserido dentro do perímetro urbano de Itajaí e outro dentro da região urbana de Brusque. Por parte de Brusque as iniciativas foram mais ágeis e já nos próximos dias terá início a duplicação dentro do seu perímetro urbano, numa ação encabeçada pelo prefeito Paulo Eccel, que junto com os empresários debateu nos últimos dias alguns detalhes para que a implementação seja urgente naquele município.

Há pontos tão críticos que não poderão esperar pela duplicação, porque ela entra na apresentação do projeto. Agora, depois de todo o processo licitatório, o início de uma obra como essa vai demorar um tempo sempre considerável. Assim, em virtude dos graves acidentes e do congestionamento infernal, não se pode mais ficar esperando pela duplicação.

Por isso, em decorrência dessa audiência pública, faço um apelo ao governo do estado, através do Deinfra, para que resolva vários pontos críticos ao longo dessa rodovia, antes mesmo que a duplicação aconteça. E um desses pontos fica no entroncamento com a BR-101, onde os congestionamentos são enormes porque há falta de mobilidade, há falta de vazão. Logo adiante, indo no sentido Itajaí/Brusque, há um ponto de conversão extremamente difícil, pois se entra para uma localidade chamada Rio do Meio, onde estão muitos terminais petrolíferos. Seguindo, há outro ponto já numa localidade chamada Itaipava, onde estão instaladas grandes empresas como a Colcci, a Multilog e onde se adentra para o Parque do Agricultor do município de Itajaí e para uma comunidade chamada Baía. Já o KM 12 é um dos pontos mais críticos da rodovia, pois lá ocorrem acidentes graves, com perda de vidas.

Não é possível que a engenharia do Deinfra não possa resolver isso emergencialmente, enquanto continuamos aguardando que a duplicação de fato aconteça. Não dá para ficar esperando um ano, dois anos para que as obras de duplicação sejam

iniciadas, pois continuam acontecendo acidentes gravíssimos.

Um pouco mais adiante, srs. deputados, vamos encontrar outro ponto crítico, justamente onde está situada a Epagri de Itajaí, que é referência no estado de Santa Catarina. Por aquela estação experimental passam mais de 15 mil visitantes por mês e há muitos ônibus transportando estudantes ou visitantes, que têm sua travessia dificultada porque para sair e acessar a rodovia existe uma subida, um aclive. Então, os ônibus ficam muito tempo parados na subida esperando para entrar na rodovia.

Esse mesmo local que acabei de descrever também é um ponto de conversão para que se entre nas comunidades de KM 12 e Paciência. E realmente é necessária muita paciência para adentrar em Paciência, uma importante comunidade de Itajaí.

Mas o importante é que enquanto aguardamos a duplicação da rodovia Antônio Heil, o governo do estado resolva urgentemente esses pontos críticos gravíssimos, porque não dá mais para contemporizar.

Estive visitando, juntamente com o deputado Dado Cherem, vários pontos dessa rodovia. Na região do Limoeiro, que pertence a Brusque, a cada chuva um pouco mais intensa há alagamentos que inundam as casas e as empresas ali instaladas. A solução desse problema não acontecerá enquanto não se duplicar a rodovia e as pessoas têm que se conformar com a perda frequente e continuada dos seus bens em decorrência das chuvas e enxurradas.

Numa das únicas reuniões que fizemos na comunidade há um mês, falamos sobre essa situação também grave que apenas aqueles que vivem isso no dia a dia podem aquilatar. Muitas vezes os técnicos do governo não se sensibilizam, mas é necessário que, assim que o projeto estiver concluído, tomem-se providências nesses pontos críticos.

Portanto, esse é o apelo que faço com respeito a essa importante audiência pública que aconteceu ontem na Câmara de Vereadores de Itajaí, com intensa participação da comunidade e que resultou

de muitas outras reuniões realizadas pela comunidade ao longo da chamada estrada de Brusque, que também precisa de iluminação, porque está totalmente às escuras.

Então, renovo o apelo ao governo do estado para que, ao mesmo tempo em que é agilizada a duplicação, antecipe obras para livrar a população de situações gravíssimas nos pontos críticos que acabei de relatar.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0028/2012, de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título.

Também comunica que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0042/2012, de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título.

Comunica ainda que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0354/2011, de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título e que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0580/2011, de entidade social, também encaminhando documentação para a manutenção do título.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0233/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0234/2012, de autoria do deputado Reno Caramori e da bancada do Partido Progressista, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência informa que defere de plano os Requerimentos n.s: 0517/2012 e 0528/2012, de autoria do deputado Dado Chereim.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.  
Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Angela Albino.

(A deputada desiste.)

Com a desistência da deputada Angela Albino e não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, às 10h, conforme calendário especial, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.



